



TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA E ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO COMBATE AO CÂNCER "UNIDOS PELA VIDA" DE TAQUARITUBA, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEIO DA ENTIDADE.

A **Prefeitura Municipal de Taquarituba**, com sede na Av. Gov. Mario Covas, nº 1915, Bairro Novo Centro, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.634.218/0001-07, representada neste ato, por seu titular, **EDER MIANO PEREIRA**, portador da cédula de identidade RG nº 34.303.910-2 e inscrito no CPF/MF sob n.º 288.013.848-58, doravante **MUNICÍPIO**, e **ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO COMBATE AO CÂNCER "UNIDOS PELA VIDA"**, com sede na Rua Dr. Campos Sales, 452 – centro - Taquarituba/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.054.260/0001-38 representada neste ato, por seu presidente, **GABRIEL MATIAS DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade RG nº 21.973.385SSP/SP e CPF sob n.º 046.851.906-88, doravante **OSC**, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a transferência de recursos financeiros para garantir a ação compartilhada entre o MUNICÍPIO e a OSC, objetivando repasse de recursos municipais para CUSTEIO da Entidade, conforme o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, parte integrante indissociável deste ajuste, conforme previsto no art. 22 da Lei Federal 13.019/14 e suas atualizações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Rege o presente instrumento o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 195 a 200; a Constituição do Estado de São Paulo, Lei Orgânica Municipal, em especial seu Capítulo III, artigos 135 e 136, as Leis Federais 8080/90, 8142/90 a 8666/93 com suas alterações; Portaria GM/MS nº 1.721/2005 e SAS 635/2005, Portaria Ministerial GM/MS nº 3.123 de 7 de dezembro de 2006, que homologa o processo de adesão ao Programa de Reestruturação e Contratação dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, Portaria GM/MS 504 de 07/03/2007, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, cujas disposições se dão por integrantes deste instrumento, como se aqui transcritas estivessem.

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste Termo e respectivo Plano de Trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação e regulamentação aplicável à espécie:

I - DO MUNICÍPIO:

- (a) elaborar e conduzir a execução da política pública;
- (b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- (c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- (d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- (e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- (f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- (g) publicar, em veículo de comunicação oficial, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- (h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado em veículo oficial de comunicação;
- (i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- (j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- (k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- (l) disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados e da CMA, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas;
- (m) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- (n) na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens e/ou, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade,



devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

(o) divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

II - DA OSC:

(a) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, contendo:

1. comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;

2. demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e

3. comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

(b) prestar contas da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(c) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(d) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(e) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(f) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(g) divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(h) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

(i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios;

(k) assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual da Prefeitura Municipal de Taquarituba;

(l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;

(m) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

(n) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

(o) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA

O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

(a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

(b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

(c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

(d) disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

(e) comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da OSC;



(f) acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

(g) realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSC, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

(h) realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

§ 1.º - Fica designado como gestor o Coordenador Municipal da Saúde.

§ 2.º - O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.

§ 3.º - Em caso de ausência temporária do gestor, o Prefeito Municipal ou quem ele indicar assumirá a gestão até o retorno daquele.

§ 4.º - Em caso de vacância da função de gestor, o Prefeito Municipal ou quem ele indicar assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Prefeito Municipal em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no caput desta cláusula serão estipuladas pela CMA.

CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete à CMA:

(a) homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(b) avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

(c) analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

(d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

(e) solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

(f) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total da presente parceria é de R\$27.000,00, que será onerado da ficha orçamentária 224.

***Classificação Institucional 02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**

***Classificação Funcional Programática 10.302.0029.0007.000 Apoio a Entidades sem fins lucrativos**

***Classificação Econômica 3.3.50.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS JURIDICAS**

§ 1º - Os recursos financeiros, de que trata o caput desta cláusula, serão transferidos à OSC na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

§ 2º - Os recursos financeiros referentes aos cofinanciamentos estaduais e federais, somente serão transferidos quando houver o efetivo repasse ao Fundo Municipal.

§ 3º - Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto da parceria.

§ 4º - Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela OSC para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

§ 5º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA

§ 2º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

§ 3º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Coordenadoria Municipal responsável pela fiscalização do presente Termo.

§ 4º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

§ 1º - Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

§ 2º - O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

§ 3º - Todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

§ 4º - As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Taquarituba do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.


EDER MIANO PEREIRA
Prefeito Municipal

Taquarituba, 20 / Jan / 2016


GABRIEL MATIAS DE OLIVEIRA
Presidente da OSC


KARINA PEREZ GABRIEL
Coordenadora Municipal da Saúde

Testemunhas:


ARIANE FONTANA - CPF: 172.489.998-81


LILLIAN GABRIELLI CORREA - CPF 339.358.188-07



ANEXO RP- 09

REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

ÓRGÃO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO COMBATE AO CÂNCER "UNIDOS PELA VIDA" DE TAQUARITUBA

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº: 002/2026

OBJETO: Transferências de recursos financeiros, destinados para custeio da Entidade.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$27.000,00

EXERCÍCIO (1): 2026

ADVOGADO(S)/ Nº OAB / E-MAIL : (2)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concedor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taquarituba, 20 / Januário / 26.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: EDER MIANO PEREIRA

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 288.013.848-58 RG: 34.303.910-2

Data de Nascimento: 06/11/1981

Endereço residencial completo: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 410 - Centro -

Taquarituba/SP - CEP: 18740-000

E-mail institucional: taquarituba@taquarituba.sp.gov.br

E-mail pessoal: edermiano@produtosbemestar.com

Telefone: (14) 99605-3372

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: EDER MIANO PEREIRA

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 288.013.848-58 RG: 34.303.910-2

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: GABRIEL MATIAS DE OLIVEIRA

Cargo: Presidente

CPF: 046.851.906-88 RG: 21.973.385

Data de Nascimento: 29/09/69

Endereço residencial completo: Rua Francisco Ferreira Loureiro, 383 - Centro - CEP: 18740-000 - Taquarituba/SP

E-mail institucional: voluntariosdocancer@hotmail.com

E-mail pessoal: gabrielmatias031@hotmail.com

Telefone: 14-99790-5879

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: EDER MIANO PEREIRA

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 288.013.848-58 RG: 34.303.910-2

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Prestação de Contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: GABRIEL MATIAS DE OLIVEIRA

Cargo: Presidente

CPF: 046.851.906-88 RG: 21.973.385

Assinatura _____

Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



**Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de
Taquarituba**
Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.

Ofício nº 04/2026.

Ref: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA – Fomento/2026

Sr. Prefeito

Vimos pelo presente, solicitar a celebração de Parceria, entre a Prefeitura Municipal de Taquarituba e esta Entidade Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos Pela Vida", referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026, no valor anual R\$ 27.000,00 (Vicente e Sete Mil Reais), tendo em vista o desenvolvimento do Projeto de Apoio as Pessoas com Câncer.

Na oportunidade, renovamos a vossa senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da AVCC

**Ao Exmo. Sr.
Eder Miano Pereira
Prefeito Municipal de Taquarituba.**

Recb 05/01/2026

Edvaldo Renan de Souza
RG 44.759.452.7
Diretor de Atenção Básica



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.054.260/0001-38 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 16/03/1999</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE VOLUNTARIOS NO COMBATE AO CANCER-UNIDOS PELA VIDA- DE TAQUARITUBA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R DR CAMPOS SALES

NÚMERO
452

COMPLEMENTO

CEP
18.740-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
TAQUARITUBA

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
voluntariosdocancer@uol.com.br

TELEFONE
(14) 3762-2766/ (14) 3762-2374

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/01/2026 às 10:22:26 (data e hora de Brasília).

ASSOCIACAO DE VOLUNT COMBATE CANCER UNI DOS PELA
R DR CAMPOS SALLES 452
CENTRO
18740-000 TAQUARITUBA SP

LOTE	Roteiro de Leitura	Nº Medidor	Páginas	Data de Apresentação	Leitura Próximo Mês	Data de Vencimento
10	TAUBU009-00000220	31194270	1/2	18/11/2025	18/12/2025	15/12/2025

Classificação: Convencional B1 Residência

Tipo de Fornecimento:

Trifásico

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS

Disp.: 127

Lim. mín.: 117

Lim. máx.: 133

Código da Instalação

3031235613

Datas de leituras		
Leitura atual	Leitura anterior	Nº de dias
17/11/2025	17/10/2025	31
Próxima leitura 18/12/2025		

ACESSE AQUI O XML DA SUA NF

ASSOCIACAO DE VOLUNT COMBATE CANCER UNI
DOS PELA
R DR CAMPOS SALLES, 452
CENTRO TAQUARITUBA - SP
18740-000
CNPJ: 03.054.260/0001-38NOTA FISCAL Nº 000747663 - SÉRIE 0 / DATA DE EMISSÃO:
17/11/2025

Consulte pela chave de Acesso em:

<https://dfe-portal.svvs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>

chave de acesso:

33251153859112000169860000007476631099009745

Protocolo de autorização: 3352500034887270 - 18.11.2025 às 01:00:50



Ref. mês/ano	Vencimento	Total a pagar
NOV/2025	15/12/2025	R\$ 161,05

Aviso importante

Seu código de instalação será alterado a partir de jan/26 para atender a REN ANEEL 1005/24. Saiba mais em www.cpfl.com.br.

Informações dos débitos mais antigos:

Vencimento - Valor

13/11/2025 R\$ 114,77

CDE Escassez Hídrica - TUSD R\$ 1,22 - TE RS - 2,70

CONSTA DÉBITO: 1 DOCTOS

13/11/2025 R\$ 114,77

REGULARIZE SEU PAGAMENTO. EVITE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO A

PARTIR

DO DIA 03/12/2025. APÓS SUSPENSÃO COBRAREMOS O CONSUMO

REGISTRADO E PODERÁ

VAMOS JUNTOS EVITAR O CORTE?
Tem aviso importante para você neste quadroDEPOIS DO PRAZO DO CONTRATO APÓS 2 MESES - ART. 322 E 140 - RES. 1000/21,
DOCTO VENCIDO PODE SER INDICADO AOS ÓRGÃOS PROT. CREDITO CASO POSSUA CO-
BRANCA DE TERCEIROS NA CONTA E POSSIVEL REFATURAR SEM O REFERIDO VALOR.
Conf. Art. 356, § 2º da Resol. 1000/2021 da Anel. sua instalação

Descrição da operação	Unid. Med.	Quant. faturada	Tarifa ANEEL	Tarifa com tributos R\$	Valor total da operação R\$	Base Cál. ICMS	Alíq. ICMS %	ICMS	PIS 0,81%	COFINS 3,78%	Tributo	Base de Cál. (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
Consumo Uso Sistema (DONS) TUSD NOV/25	kWh	153,0000	0,44280000	0,00581700	86,57	86,57	18,00	15,59	0,58	2,58	ICMS	143,42	18,00	25,81
Consumo - TE NOV/25	kWh	153,0000	0,24600000	0,21450881	48,12	48,12	18,00	8,66	0,32	1,49	POL/PAPEL	117,61	0,81	0,95
Adicional de Bandeira Vermelha NOV/25	kWh				5,73	5,73	18,00	1,57	0,06	0,27	COFINS	117,61	3,78	4,44
Total Distribuidor					140,42									
DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS														
Contribuição Custeio IP-GP NOV/25					17,63									
Total a pagar (R\$)					161,05	143,42		25,81	1,08	4,44				
Medidor	Comunicação	Pontos de Medição	Unidade	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo kWh	Reservado ao Fisco				Bandeiras Tarifárias			
31194270	Energia Ativa kWh	unido	85926	86079	1,00	153					Vermelha P1 14 Dias			
													Vermelha P1 17 Dias	
													Taxa de Perdas %	

Indicadores de continuidade de fornecimento de energia: Para consulta dos indicadores acesse nosso site www.cpfl.com.br

PIX - Pague Aqui

DANF3E/Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
000747663 Série 0CódDebAut-Banco
810007091956Total a Pagar (R\$)
161,05Data de Vencimento
15/12/2025

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você

LOJA DAS FABRICAS
SUPERMERCADO
FARMACIA NOSSA SENHORA APARECIDAPRAÇA SAO ROQUE 86 - CENTRO
AV. CEL. JOAO QUINTINO 981 - CENTRO
RUA DR. ATAUBA LEONEL 225 - CENTRO

autenticação mecânica

836600000019 610500523242 835265067081 100070919566



cpfl santa cruz



PREFEITURA MUNICIPAL

Taquarituba

COORDENADORIA MUNICIPAL DA
Saúde

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL

Conselho Municipal de Saúde de Taquarituba

Inscrição nº 06

A entidade Associação de Voluntários no Combate ao Câncer Unidos pela Vida, CNPJ 03.054.260/0001-38, com sede em Taquarituba/SP, é inscrita nesse conselho municipal, sob o número 06, desde 2015.

A entidade executa o seguinte serviço de saúde: Serviço de apoio a pessoa com câncer e família.

A presente inscrição tem validade de 02 (dois) anos.

Taquarituba SP, 09 de janeiro de 2026.

Edvaldo Renan de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE VOLUNTARIOS NO COMBATE AO CANCER-UNIDOS PELA VIDA- DE
TAQUARITUBA**
CNPJ: 03.054.260/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:33:54 do dia 03/01/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2026.

Código de controle da certidão: **F6DD.7AE7.5AF9.B0E2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.054.260/0001-38
Razão Social: ASSOCIACAO DE VOLUNTARIOS NO COMBATE AO CANCER-UNIDOS P
Endereço: RUA DR CAMPOS SALES 452 / CENTRO / TAQUARITUBA / SP / 18740-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/12/2025 a 18/01/2026

Certificação Número: 2025122003231159471669

Informação obtida em 03/01/2026 10:39:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARIA LÚCIA AMARY

Deputada Estadual

LEI Nº 15.620,

DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

(Projeto de lei nº 838/14, da Deputada
Maria Lúcia Amary – PSDB)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo
a seguinte lei:

Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação
de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de
Taquarituba, com sede naquele Município.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de dezembro de 2014.

GERALDO ALCKMIN

Elisa de Sousa Arruda

Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 15 de
dezembro de 2014.




Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de
Taquarituba
Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXISTÊNCIA

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente da Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba DECLARO que a OSC existe há mais de três anos, para tanto encaminho cópia do CNPJ, bem como cópia do Estatuto devidamente registrada junto ao Cartório de Imóveis deste Município, como comprovante legal.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.



Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade



**Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de
Taquarituba**

**Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38**

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba DECLARO que as exigências contidas nos incisos II, III, VI e VII do art. 34 da Lei Federal nº13.019/14 foram cumpridas e que a documentação pertinente se encontra a disposição deste Tribunal de Contas para verificação.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.


Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade



**Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de
Taquarituba**

**Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38**

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba DECLARO que finalidades, objetivos, capacidade técnica, operacional e instalações foram avaliadas e são compatíveis com o objeto do ajuste.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.



Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade



Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de Taquarituba


**Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38**

DECLARAÇÃO DE DIRIGENTES E PARENTES

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba DECLARO que NÃO existe no quadro diretivo da OSC agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.



Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade



Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de Taquarituba


**Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38**

DECLARAÇÃO NÃO IMPEDIMENTO

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba DECLARO na qualidade de representante legal, sob pela da lei, de que a OSC - Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba "Unidos pela Vida" não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13019/14, sem prejuízo de eventual certificação de sua veracidade pelos órgãos competentes.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.


Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade



Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de Taquarituba

**Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38**

DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba, declaro para os devidos fins de formalização de Termo de Parceria, sob as penas da Lei, que a (Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba CNPJ **03.054.260/0001-38**, não está impedida, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de receber recursos públicos e, portanto, os valores vinculados a presente parceria, deverão ser depositados na Conta Bancária abaixo:

BANCO DO BRASIL


Agência: 2712-x

Conta Nº: 13.290-x

Declaro ainda ter ciência que toda e qualquer movimentação bancária deve ocorrer única e exclusivamente na conta bancária acima mencionada, sob pena de devolução dos recursos financeiros.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.



Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade.



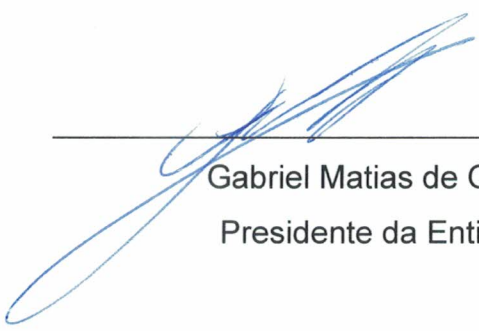
Associação de Voluntários no Combate ao Câncer "Unidos pela Vida" de Taquarituba
Rua Dr. Campos Sales, 452- Centro- CEP 18.740-000- Taquarituba- SP
CNPJ: 03.054.260/0001-38

DECLARAÇÃO NÃO CONTRATAÇÃO REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

Eu, Gabriel Matias de Oliveira, presidente Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Taquarituba, declaro que não haverá contratação ou remuneração de servidor ou empregado público, com recursos repassados, inclusive, aquele que exerça cargo em comissão, bem com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Taquarituba, 05 de janeiro de 2026.



Gabriel Matias de Oliveira
Presidente da Entidade.